



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8

Uma retórica aberta aos mundos: argumentação, técnicas e cidadania

REGINA MARQUES

Escola Superior de Educação de Setúbal ~ reginamarques@netvisao.pt



Resumo:

Philippe Breton (1998), entre outros, tem-se empenhado na defesa de propostas do restabelecimento do ensino da argumentação e da arte de discutir, pensar e falar em público. Defende que saber argumentar é uma necessidade, até para colmatar uma das grandes fontes de desigualdades culturais. O não uso da palavra, a iliteracia argumentativa, culminará, em sua opinião, na própria exclusão do indivíduo. Este autor associa a competência para usar da palavra pública à cidadania, ao mesmo tempo que estabelece que uma sociedade democrática tem de oferecer a todos os seus membros o direito e a competência para usar da palavra.

Palavras-chave:

Retórica, argumentação, cidadania.

"A crítica retórica é a crítica da própria vida, da nossa própria participação na experiência da vida"
(Manuel Alexandre Júnior. 2004. *Hermenêutica Retórica*, Lisboa: Alcalá, p.187).

Philippe Breton (1998), entre outros¹, tem-se empenhado na defesa de propostas do restabelecimento do ensino da argumentação e da arte de discutir, pensar e falar em público. Defende que saber argumentar é uma necessidade, até para colmatar uma das grandes fontes de desigualdades culturais. O não uso da palavra, a iliteracia argumentativa, culminará, em sua opinião, na própria exclusão do indivíduo. Este autor associa a competência para usar da palavra pública à cidadania, ao mesmo tempo que estabelece que uma sociedade democrática tem de oferecer a todos os seus membros o direito e a competência para usar da palavra.

A linguísta Emmanuelle Danblon (2004, 2005) associa a capacidade argumentativa ao esforço de crítica social e ao aprofundamento do espírito crítico que reputa indispensáveis à construção da cidadania. Para Jean-Marc Ferry (1998) a prática contemporânea da argumentação, desde o debate contraditório, à prática da discussão e da negociação, em que o poder também se mede pela eficácia da comunicação, obrigaria a uma maior atenção numa formação sistemática nas técnicas da argumentação, capaz de reconhecer os pontos de vista diferentes. Gilles Declercq (1995) entende que a iniciação à argumentação é parte integrante da educação do cidadão cujo grau de liberdade depende em boa parte da compreensão e do domínio que tem dos mecanismos da persuasão ao qual está submetido e que exerce sobre outrem sem ter disso consciência.

¹ Gilles Declercq (1995), A. Compagnon (1999) ou L.Pernod (2000)

Há uma nova vaga de autores, muito associados à *Nova Retórica* revitalizada por Chaim Perelman e designada de *renovada* por Michel Meyer (2004), para quem há uma certa unanimidade quanto à genealogia democrática da argumentação e da retórica.

A fim de construir redes de sentido ligando retórica e cidadania, propomo-nos equacionar a relação da **mediação e suas configurações técnicas nesta construção**, tendo em conta as seguintes premissas:

- A argumentação é uma técnica e uma arte para lidar com a razão prática e impelir à acção; trata dos assuntos complexos da cidadania e da hierarquização dos valores tais como a autodeterminação, a participação, a igualdade ou a liberdade, num contexto multi-referencial e numa dada situação em que o Outro é considerado.
- A argumentação lida com a contingência e a verosimilhança e não com a objectividade ou a verdade. A sua racionalidade é sempre provisória e depende das técnicas e suas configurações organizativas.
- A argumentação – retórica e persuasiva – faz-se sobre um raciocínio prático mas também sobre a crítica, a discussão e a controvérsia que são fundamento duma sociedade pluralista e aberta à vida.

Partimos, desde logo, das definições que são argumentos ancorados no tempo e nos contextos.

Sobre as definições

Apesar da diversidade que a retórica antiga apresentou, sob os diferentes regimes políticos, e com evolução/revolução tecnológica que a acompanhou, a primeira das quais foi o advento da imprensa, a retórica manteve uma unidade fundamental entre as suas componentes, que lhe garantiu a sua ligação à vida social e política. Por isso, qualquer definição de retórica integra sempre os seguintes aspectos, que se interligam, no seu sentido múltiplo. Ou seja, trata-se de "normas de pensamento e de escrita", de "uma participação nas formas de vida política e social", "um sistema intelectual", "uma problemática moral e filosófica", "uma referência a modelos" e "uma representação por si própria da sua própria história" (Pernot, 2000: 265).

Em Aristóteles, a retórica é a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir, ao contrário de outras artes ou técnicas que são apenas instrutivas e/ou persuasivas na área da sua competência. A retórica parece ter a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. Pode usar-se a retórica para formar silogismos e teorizar sobre os caracteres, sobre as virtudes e sobre as paixões - sobre o que cada paixão é, quais as suas qualidades, que origem têm e como se produzem. Pode usar-se a retórica para docere, delectare e movere.

A retórica é para Aristóteles " como que o rebento da dialéctica e daquele saber prático sobre os caracteres a que é justo chamar a política (...), é, de facto, uma parte da dialéctica e a ela se assemelha" (Retórica, 1355 b: 48-50). Manuel Alexandre Júnior traça uma impressionante panorâmica do interesse actual pela Retórica nestes termos:

A Retórica é, pois, uma forma de comunicação, uma ciência que se ocupa dos princípios e técnicas de comunicação. Não de toda a comunicação, obviamente, mas daquela que tem fins persuasivos. Não é fácil dar da retórica uma só definição. Quando dizemos que ela é a arte de falar bem e a arte de persuadir, a arte do discurso ornado e a arte do discurso eficaz, estamos simplesmente a tentar estabelecer a relação entre duas maneiras de definir a retórica, de ligar o ornamento e a eficácia, o agradável e o útil, o fundo e a forma. Quando os antigos dizem que a

retórica é a arte de bem falar, fazem-no na consciência de que, para se falar bem é necessário pensar bem, e de que o pensar bem pressupõe, não só ter ideias e, tê-las, lógica e esteticamente arrumadas, mas também ter um estilo de vida, um viver em conformidade com o que se crê. Arte de bem dizer, arte de persuadir, arte moral, eis os elementos implícitos ou explicitamente verificados em quase todas as definições de retórica (Júnior, 1998: 17)

Com esta extensiva "definição persuasiva"² da Retórica temos a imagem reportada ao nosso tempo, lembrando que o seu labor não é uma questão do passado e que continua a ter papel determinante na formação da cidadania, na formação de alguém, que intervém e pensa, de maneira polida e justa (ou não remetesse ela para a *polis*, a "*politesse*", a "*politness*".

Platão não tinha, de todo, esta ideia virtuosa da retórica e associava-a à sofística, à cozinha e à *toilette*, formas empíricas de adular o outro. A Retórica, "na realidade, constitui o maior de todos os bens, proporcionando a quem a possui ao mesmo tempo liberdade para si próprio e domínio sobre os outros na cidade" (Platão, Górgias: 32) e, de forma bem precisa, dizia "é a capacidade de persuadir pela palavra os juizes no Tribunal, os senadores no Conselho, o povo na Assembleia, enfim, os participantes de qualquer espécie de reunião política. Em Platão a retórica não é arte é adulação, coisa vergonhosa. "Sustento que ela não é arte, mas uma actividade empírica, porque não tem na sua base um princípio racional que permita justificar as várias formas do seu procedimento no que respeita à sua natureza e às suas causas" (Platão, Górgias 465a).

A racionalidade dos argumentos, a verdade dos factos e a falta de argumentos de prova atravessaram sempre toda a polémica em torno da retórica persuasiva que visa convencer auditórios. A palavra retórica continua, na linguagem corrente, a ser usada pejorativamente. Uma vez, significando "superficialidade, vazio, floreios ou florilégios", outras vezes, é vista como indutora de "enganos, engodos, deturpações e manipulações". Particularmente na política e nos *media*, reina o *pavor da retórica*, como bem diz Tito Cardoso e Cunha (1995b).

Com Perelman, no campo da filosofia, assistimos à re-habilitação da retórica aristotélica, para lidar com valores e com a justiça; com Laurent Pernod assistimos à revalorização dos procedimentos argumentativos característicos da Antiga Retórica para tratar o debate e a discussão pública, que na era mediática se revela ser um género de grande complexidade comunicacional (Burger:2005). Citamos Pernot: "Contrariamente à opinião comum que associa a retórica à ideia de manipulação exercida sobre os espíritos, a retórica revelou-se na Antiguidade, mais próxima do debate, da troca, e ligada ao direito de expressão, à busca da persuasão, à deliberação em comum" (2000: 265).

Sem deixar de avaliar os excessos e os desvios da retórica que pontuaram em todas as épocas e regimes, reconhece nela uma presença apaziguadora, quando se trata de resolução de conflitos ou diferenças. Reconhece que sempre existiram discursos reveladores de "conflitos de interesses" e "relações de força" tempestivas mas, pela palavra e a negociação dirimiram-se conflitos, evitou-se bastas vezes a violência e por isso a enaltece. Em certas épocas, regimes houve, marcados por "a *propaganda política e religiosa, o doutrinamento, as ditas "langues de bois"* contudo, nem só de "slogans e terror" se fazia a retórica, ela deu também sentido à liberdade e deu os meios a quem a praticava, "para melhor se servir da sua inteligência, da sua personalidade e do seu corpo, para defender o seu ponto de vista e comunicar as suas ideias" (ibidem: 266).

² "Persuasive definition" é um conceito usado por Stevenson (1938), linguista inglês que defendia que o uso de uma definição persuasiva dá um novo sentido conceptual a uma palavra familiar, sem atingir substancialmente o seu sentido emotivo: "Por exemplo quando se afirma "A.Poppe não é um poeta" utiliza-se o termo poeta num sentido conceptual estrito, de artista dotado de uma inspiração inovadora e lírica, mas aqui trata-se sobretudo de um "enjeu émotif" que visa desconsiderar Poppe recusando-lhe a qualificação prestigiosa de poeta". A noção de justiça relevaria sempre, de uma definição deste tipo, deste enjeu e deste uso emotivo (Vannier, 2001: 21). O mesmo se pode dizer da palavra retórica, além do mais tão maltratada e incompreendida. Note-se, que Stevenson estuda a persuasão, presente na discussão dos temas éticos, como "o mais importante método não racional baseado no impacto emocional directo das palavras"(Stevenson, 1984, p. 134).

Laurent Pernot (2000: 283-301) desenha essa rede retórica como um sistema aberto com múltiplas ligações que há que explorar. A sua riqueza traduz-se na variedade dos termos, organizados em redes articuladas pelo conjunto de enunciados e noções, justapostos, sobrepostos, engrenados, uns nos outros, numa coerência enorme traduzindo "*uma prodigiosa construção intelectual*" com subdivisões levadas quase ao infinito. A metáfora serve-nos para dar conta de, como a **arte da palavra** não estiola porque é uma totalidade arborescente, que muda e se altera com enorme capacidade de renovação e inovação.

A retórica foi excluída do ensino e eclipsou-se³, no fim do século XIX, naquilo que foi o seu confronto com o espírito científico positivista nascente da época, quer em França quer na Itália, Alemanha ou Grã-Bretanha, e também em Portugal, onde os seus expoentes tinham sido Padre António Vieira e Luís António Verney.

Para Antoine Compagnon (1986: 169), o processo então feito à retórica foi antes de tudo um processo político⁴. O debate sobre a sofística grega, como filosofia da retórica, no fim século XIX, foi, acima de tudo, um debate sobre a política contemporânea, sobre o lugar da cultura e da ciência na formação do cidadão. Os sofistas eram taxados de individualismo e de frivolidade quando se pretendia um ensino de virtudes públicas e privadas. Foi um debate que se reportou à questão essencial da época, sobre o sufrágio universal e a soberania popular, que segundo o adágio *vox populi, vox Dei*, foi fundadora da legitimidade democrática. Inequivocamente, a retórica é indissociável da democracia, e a política é um atributo, de todos os humanos, necessário à discussão dos assuntos da cidade (Compagnon, 1986;1999a;b;c). Igualmente, Bragança de Miranda, que entende o valor da acção política para os humanos como uma questão da cultura, diz que "A política não é a gestão dos recursos, sejam eles os "recursos humanos". A política é o primeiro e o último recurso dos humanos" (1998: 178).

A retórica nascida num contexto judiciário, no século V a.C., estende-se ao domínio político, desde logo com a possibilidade de se abrir o debate onde cada um possa tomar a palavra e tenha o direito de a tomar. O sistema democrático aparece como o garante dessa possibilidade e desse direito. Desde a origem, o político confunde-se com o retórico na sua capacidade de arrastar multidões. Breton referido-se a Péricles diz isso mesmo: "Ao orador que sabia agarrar e arrastar pela palavra essa multidão ardente e caprichosa, e sempre tão amorosa para com a arte, que queria encontrar, mesmo nos debates mais tempestuosos, um espectáculo de eloquência ao mesmo tempo que um combate, a esse conversador hábil pertencia, portanto, o governo do Estado e do Império da Grécia: Péricles nunca teve outra qualidade senão essa para ascender ao poder supremo" (Ch.Benoit (1846, 1983) citado em Breton (1998: 19)).

Péricles, o homem que dominava a vida política de Atenas do século V, seria pois grande orador, arrebatador de multidões. No mundo das cidades gregas, a actividade política é por definição a actividade primeira do cidadão, que varia segundo a politeia de cada cidade. A história da política grega mostra bem o intenso debate a que o regime de grandes desigualdades esteve sujeito e as razões históricas que foram presidindo às profundas alterações da propriedade e do trabalho, com a consequente transformação da organização política e da vida política dos cidadãos.

Em *Política*, Aristóteles define o cidadão como aquele que participa no exercício dos poderes de julgamento e de magistratura. Ser cidadão significava, não apenas, fazer parte de uma entidade nacional mas participar na vida comum e na tomada de decisões da comunidade, tanto no plano político, como militar ou religioso. Note-se que as mulheres não pertenciam à comunidade de cidadãos, na acepção que os Gregos davam à palavra. O campo religioso era a única actividade

³ Conforme artigos de A.Compagnon publicados em *Histoire de la Rhétorique dans l' Europe moderne*, volume coordenado por Marc Fumaroli, 1999.

⁴ Esta questão é desenvolvida no artigo *Martyre et resurrection de Sainte Rhétorique* (Compagnon, 1986: 157-172).

cívica aberta às mulheres e às filhas dos cidadãos. Em Atenas elas só participavam nas várias festividades religiosas que lhes eram exclusivamente destinadas, com os preparativos e nos diferentes rituais, e não tinham acesso à vida política. A lei da cidadania, atribuída a Péricles, excluía portanto as mulheres de participarem nos locais onde se tomavam as decisões e, juridicamente, eram consideradas menores (Mossé, 1999: 40).

A figura do homem político é desde sempre controversa. Muitas vezes identificado como o sofista, charlatão, palavroso e palrador, também *a contrario*, o homem político é visto como o sábio e homem de virtude e sabedoria a quem se deve respeito. No seu tratado sobre o homem político, *De Iosepho* (28-31 e 125-143), Fílon de Alexandria, desenvolve "um esquema retórico de persuasão, arquitectonicamente elaborado, para provar que «o estadista é seguramente um intérprete de sonhos», habituado a analisar com exactidão o grande sonho geral e público da humanidade", (Júnior, 1990: 256), em oposição à prática dos manipuladores e demagogos.

Aristóteles também vê a política como a "filosofia das coisas humanas". Por natureza, o homem é um ser vivo político. É político porque fala. "Só o homem, de entre todos os seres vivos, possui a palavra" (Política, 1253a: 8-10).

Michael Oakeshott (1995) centra a natureza do facto político na **experiência humana**. Jacques Rancière explora todas as relações que, na política, fazem dela "uma forma de experiência" e diz que "La politique porte sur ce qu'on voit et ce qu'on peut en dire, sur qui a la compétence pour voir et la qualité pour dire, sur les propriétés des espaces et les possibles du temps" (Rancière, 2000: 14). Tal como a arte e a literatura, a política constrói "ficção" através do agenciamento material dos signos e imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer. O agenciamento não é fabricação de um simulacro, e Rancière faz questão de separar a ideia de ficção da de mentira, pois a ficção dá uma dimensão estética à política. Os enunciados políticos "fazem efeito no real" e definem modelos de palavra ou de acção de intensidade sensível, da mesma maneira que os enunciados literários.

Em Walter Benjamin, os lugares da experiência e do senso comum constituem os lugares da crítica social e da política. Neste autor a oposição entre a teoria e a prática é uma oposição não dialéctica, o que quer dizer que "é a acção que abre perspectivas à teoria" ao mesmo tempo que dela se alimenta.

Com Nietzsche, percebe-se como a retórica percorreu os tempos, os bancos universitários, suscitou as maiores interrogações daqueles que interpelaram a condição humana. Para Nietzsche, o aparecimento do gosto pela eloquência está estreitamente ligado ao aparecimento da democracia. A retórica é, no seu entender, a mais elevada actividade intelectual do homem politicamente formado, uma arte essencialmente republicana, que o pensamento liberal da modernidade não tolerava, porque implicava ter "de se estar habituado a suportar as opiniões e os pontos de vista mais alheios e mesmo sentir um certo prazer na contradição; deve-se escutar de tão bom grado como quando nós próprios falamos, e deve-se como ouvinte apreciar mais ou menos o desempenho da arte" (Nietzsche, 1999: 27-28).

Perelman, nos anos 60, do século passado, rompeu, de facto, com um espírito moderno que a esconjurava, para colocar a teoria da argumentação como **a arma dos humanos na era mediática**. Para dar resposta às persistentes críticas que existiam sobre a democraticidade desta teoria, Angèle Kremer-Marietti⁵ acentua o valor social positivo dos conceitos perelmianos, de *auditório* e *razão prática*, no restabelecimento da justiça, igualdade e liberdade nas relações de poder entre um orador e o respectivo auditório.

⁵ O texto intitula-se "Perelman et Lacan: enjeu social et jeux de la métaphore" (2004, p. 81-101). Com ligeiras alterações, o texto a que nos referimos, pode ser consultado em: <http://www.psychanalyse.lu/articles/MariettiPerelmanLacan.htm> (acedido em 2004/13/06)

Ter em conta o *auditório* que, da leitura de Perelman, se infere como universal e ideal, constitui - no seu dizer - para qualquer espírito honesto e em qualquer situação, o esforço máximo da argumentação e da problematização. Tratar-se-á de uma teoria, aberta a outras elaborações teóricas que lhe parece: " não apenas muito útil mas também muito justa, no sentido em que introduz a justiça nas relações humanas e permite por um lado o respeito e o exercício da paridade entre os humanos. Ela tem a preocupação de apresentar, contra o argumento de autoridade que rege, muitas vezes, os discursos – mesmo os mais impregnados de retoricidade filosófica – a vantagem da simetria *inter pares* entre o orador e o ouvinte, e logo a liberdade de escolha deixada pelo orador (ou escritor) ao ouvinte (ou leitor)" (Kremer-Marietti, 2004: 84).

Roland Schmetz (2001) coloca a retórica no mapa das filosofias que atravessaram o século XX, nomeadamente com Kenneth Burke, que a abriu para a possibilidade de uma retórica do inconsciente⁶ ou Stephen Toulmin cujas premissas assentam num modelo de raciocínio lógico, e no reassumir de uma ideia de «razão prática».

Sobre a natureza política e civilizacional da retórica

Nos nossos dias a retórica aparece como uma nervura da civilização. De facto, que dizer de uma arte/técnica (também há quem a designe como ciência), que durante séculos, a partir de Platão até aos anos 60 do século passado, se viu restringida a uma das suas partes – a *elocutio*, e ainda assim minorizada, porque era «linguagem de poetas», e que hoje, parece ter reassumido um lugar de grande dignidade em todos os domínios. «Tout est rhétorique»: cela paraît l'adage du monde moderne" diz Compagnon (1999: 1263) ao fazer um grande rastreio pela produção literária e retórica ou, como diz Pernot (2000:12), a retórica Antiga "entra em consonância com as preocupações modernas e postmodernas oferecendo-se como fonte e modelo para as questões contemporâneas".

Tal como uma nervura irradia e nutre não só o limbo a que pertence mas todo o corpo, ela é a nervura da cultura e da civilização que nutre e renova, "sem paragens intermédias, sem etapas transitórias, numa circulação quase instantânea e que se difunde simultaneamente em todas as direcções" como afirma Renato Barilli (1979). Diríamos que, neste sentido, **a retórica aparece como um sistema de fazer mundos**⁷

Aristóteles reabilitou a retórica ao integrá-la numa visão sistemática do mundo, criticada por uns e enaltecida por outros. No sistema retórico que criou, dividiu a retórica em cinco partes: *a inventio*, *a dispositio*, *a elocutio*, *a memoria* e *a actio*. Cada uma das partes inventariadas foi ganhando relevo e importância em função das finalidades da oratória e mais tarde da escrita, da imagem e da preservação da memória.

Uma questão de cultura e de cidadania num mundo das redes

Renato Barilli (1985) encontra, exactamente, no desenvolvimento tecnológico uma outra razão para a reactivação da retórica, nomeadamente no incremento da escrita e da oralidade, com a

⁶ "À comunhão dos espíritos desejada por Perelman, Burke acrescenta a comunhão dos desejos e dos seus motivos" conclui Angèle Kremer-Marietti no seu artigo publicado em 1994, num título, Perelman - Le renouveau de la rhétorique, coordenado por Michel Meyer, no 20º aniversário da morte de Chaïm Perelman. Neste artigo, a autora, que pertence ao Grupo de Estudos e de Investigações Epistemológicas de Paris, estabelece o paralelismo entre Kenneth Burke, Perelman e Lacan. O traço de união entre os dois primeiros era um sentido do "social", consubstanciado no auditório, que para Burke era toda a humanidade e para Perelman era mais a ligação intelectual entre uma comunidade de espíritos, ao passo que Lacan não se interrogava sobre "o social" e estaria ligado à retórica pelo jogo central das metáforas. O texto a que nos referimos pode ser consultado em: <http://www.psychanalyse.lu/articles/MariettiPerelmanLacan.htm> (acedido em 2004/13/06)

⁷ Por analogia com a afirmação «a ciência é menos uma questão de verdade do que fazer mundos» de A. Gross em *The rhetoric of Science*, p.205, citado em Tito Cunha (2004, p. 81). Na sua interpretação trata-se de "mundos que se constroem no discurso desde que reconhecido pelo auditório".

possibilidade técnica de guardar a imagem e o som, e o crescente recurso ao directo, aspectos que vem justificando a investigação sobre a *actio* e a *memoria retóricas*.

Hoje, com a oralidade e a dramaturgia nos meios de comunicação social e pelo avanço da electrónica, ao permitir guardar, em memória electrónica, os sons e os gestos em gigantescos ficheiros bibliográficos, podemos dizer que a retórica tem um novo campo onde pode viver o seu pleno reconhecimento e sem complexos. No terreno das novas tecnologias e da *web*, a investigação começa a dar passos interessantes (ver Dianne Juby e Tito Cunha). A *actio* e a *memória* longamente esquecidas ou desprezadas passam a ter todo o sentido para o uso da voz no discurso radiofónico, e do gesto, com a explosão da imagem não só no cinema como na televisão, ou na publicidade, mas igualmente na fotografia ou nas artes do corpo, como a dança, a performance, o teatro. Mesmo o jornal, escrito e impresso, é portador não de sinais sonoros, mas de imagens, imagens persuasivas, certamente. Os títulos de imprensa recorrem à plasticidade da língua, à plasticidade verbal e à plasticidade gráfica, que a actual infografia disponibiliza. O jornal tem ao seu dispor uma infinidade de material fotográfico, instantâneo ou em arquivo, a possibilidade de dispor o texto, o cromático, os grafemas, o design topográfico da paginação que, conjugadamente, lhe dão um dinamismo de gestos e sentimentos, nesse intertexto que também é imagem que o torna mais atraente e sedutor.

Mas se *actio* é imagem e percepção visual, a *actio* é também decisão. Acompanhamos a proposta de Alain Berthoz (2003: 10): “Quereria avançar a ideia que a percepção é, de facto, não apenas uma acção simulada mas também e, essencialmente, uma percepção. Perceber, não é somente combinar, ponderar, é seleccionar. É, na massa de informações disponíveis, escolher as que são pertinentes em relação à acção encarada. É levantar ambiguidades, logo é decidir”. Por seu turno, a memória, seja como mnemotécnica, rememoração ou condição para o não esquecimento do passado, e suas inequívocas implicações para o presente é, como vimos em Ricoeur (2000), um dos temas de grande pertinência e actualidade cívica e política.

A retórica da imagem⁸, particularmente útil, na investigação sobre a publicidade, tem campos de aplicação recentes, também eles resultantes do desenvolvimento tecnológico, com acrescida importância persuasiva nos processos de aprendizagem ou na medicalização da relação humana através das imagens obtidas sobre o interior do corpo através de radiografias e ecografias e seu aproveitamento impresso e ampliado em cartazes e panfletos. As representações visuais seduzem a nossa atenção e exigem a nossa aprovação de uma maneira peculiar e fixante. Se é certo, que muitas audiências desconfiam das construções verbais que “representam” apenas a realidade e, como seres humanos, tendem a confiar nos seus sentidos, também é certo que julgamos ser verdade, tudo o que vemos. A nossa confiança naquilo que vemos dá às representações visuais uma especial força retórica.

Tito Cardoso e Cunha dá conta em *Razão Provisória* de como os novos saberes, da ciência à hermenêutica, no actual contexto, reconhecem a inevitabilidade retórica, “nas dimensões mais fundamentais da realidade humana, na sua relação com o mundo” (Cunha, 2004: 145). Ele, que reconhecera que Perelman nunca se debruçara sobre os *media* e que o discurso dos *media* lhe fora relativamente indiferente ou secundário, levanta agora ele próprio algumas interrogações sobre a contemporaneidade retórica “atendendo às mediações electrónicas que hoje em dia prevalecem”. A “rhetoric is now electric” (K. E. Welch do MIT in Cunha, 2004:146).

⁸ A propósito da Retórica da Imagem podem-se ver dois artigos, de feição estruturalista, que são referência obrigatória sobre a retórica da imagem. Um, de Roland Barthes, “Rhétorique de l’image” publicado na Revista Communications, 4, Seuil, 1964 e, outro de Jacques Durand, “Rhétorique et image publicitaire”, na mesma revista, nº15, 1970. Na publicidade as ideias mais originais e mais audaciosas aparecem como transposição de figuras de retórica repertoriadas desde há séculos, o que se explica na medida em que a retórica pode ser vista como o repertório das diferentes maneiras pelas quais se pode ser «original» e criativo (Durand, 1970, p. 91).

A liberdade de pensamento e a crítica

O campo jurídico e judiciário teve um papel importante para a democratização do conceito, desde logo com a reflexão de Perelman em torno da racionalidade dos valores, entre os quais a justiça e a razão prática. Guillaume Vannier, (2001) associa retórica e liberdade de pensamento e de crítica e assume que a retórica jurídica tem uma identidade polémica e reivindicativa porque assenta nos princípios da "abertura de toda a argumentação à refutabilidade, num processo retórico circular de estabelecimento de soberania democrática pela liberdade" (Vannier, 2001:14).

O debate judiciário repousa na argumentação em torno daquilo que é incerto, verosímil ou provável, e não na evidência, porque essa não se discute. François Martineau (2004) entende a disputa que se faz perante o tribunal numa lógica de debate, onde há sempre lugar a acusação e defesa, porém tendo sempre em conta a escuta do outro. É uma prática democrática que pressupõe atenção ao outro. Também aqui, na argumentação judiciária, estão todos os procedimentos argumentativos, descritos por Perelman. Ainda que qualquer julgamento exprima uma escuta do contraditório, um processo de litígio é sempre uma fonte de infelicidades, de angústia, de tensão (Martineau, 2004: 9), e como tal, susceptível de discussão e argumentação. O próprio conceito de **argumentação jurídica** voltou a assumir um lugar central na teoria jurídica, assente nas definições aristotélicas de retórica, orientada para o bom, o útil e o justo (Homem, 2004: 98). No debate político como actividade comunicacional há um terreno fértil de valores, valores que fundamentam as nossas opções e cimentam as dissensões e diferendos. É justamente para fundamentar valores e suas hierarquias, que Perelman admite o recurso a premissas, de ordem muito geral, os *topoi* ou lugares. Na tipologia dos lugares temos, entre os mais importantes, os lugares da quantidade ou da qualidade que nos dão a ordem do preferível. Para além destes, também os lugares-comuns que, afinal permitem algumas banalizações dos discursos tornando-os mais acessíveis a todas as pessoas. Mas, são também os *topoi* de ordem mais particular, os *lugares* específicos, que "prevalecem em diversas sociedades e permitem caracterizá-las" (Perelman, 1983:96). Outros, ainda mais gerais como o da *ordem*, valoriza o que antecede sobre o que se segue, ou a causa sobre a consequência; o do existente, favorece o real sobre o possível, o imaginário ou o utópico; o do laudatório ao passado, glorificando o passado e denegrindo o presente; o elogio da juventude e da modernidade com a lógica do enaltecimento à inovação, ao vanguardismo, aos consumos da moda.

Um patchwork disciplinar e novos territórios

Finalmente, temos que reconhecer com Laurent Pernot que, neste deslizamento de sentidos e neste *patchwork* disciplinar, a mediação com a herança greco-romana da retórica deixou direcções abertas, trazendo à luz do dia "uma presença não anedótica da retórica antiga" (Pernot, 2000: 276), o que as ciências e as técnicas da comunicação não podem ignorar. Abriram-se campos novos e novos territórios e acima de tudo, ganhou-se "**também uma nova maneira de trabalhar**". O sistema retórico parece adequado para tocar a complexidade, a vulnerabilidade e a contingência que caracterizam a comunicação mediática e a vertigem técnica e plurilocal das fontes e dos saberes. É adequado recordar que "a retórica é um tema que afasta certas barreiras tradicionais entre as disciplinas e entre os períodos e que apela ao mesmo tempo à história dos textos, à história literária, à história, simplesmente (...). Ela propõe uma metodologia moderna, porque descompartmentada". E, garante às ciências humanas "*um pano de fundo cultural, uma memória*", ao mesmo tempo que encoraja para "*olhar para a ética*" (Pernot, 2000: 277).

A persuasão jornalística

Alguns trabalhos contemporâneos esforçam-se por apreender o lado da argumentação no

quadro das ciências da comunicação e nas práticas da comunicação pública e política. Philippe Breton e Gilles Gauthier⁹ dão-nos esse quadro particularmente incidente no jornalismo (Escolas de Laval e da Suíça) (Charron, 1994;2000;2004; Charron,De Bonville, 2002; Charron,Jacob, 1999; Gauthier, 1995;2001;2004a). Na sua dimensão comunicacional estruturante da inter-mediação humana, a retórica como arte/técnica discursiva confunde-se com a linguagem. Sabemo-lo de há muito, mas como sublinha Tito Cunha (2004, p. 132) há que interrogar o que na linguagem, possui valor persuasivo, e perceber como os dispositivos de argumentação se encontram incrustados na linguagem. Passando despercebidos pelo seu carácter inconsciente, os tropos e outros "mecanismos" persuasivos não deixam de determinar decisivamente o poder persuasivo do discurso, tanto mais, que "apesar dessa não-consciência, ou precisamente por causa dela, o que se desconhece acaba por ter um papel decisivo no que se pode pensar" (ibidem).

Persuasão, democracia e razão prática

Persuadir é uma actividade vital em democracia, e logo, a arte de convencer (e não de submeter!) – pela argumentação – está no fundamento da cultura e da sociedade humanas (Gilles Declercq, 1995). Vemo-la como uma actividade, uma decisão, um processo de construção e de incessante reconstrução onde o sujeito age e argumenta.

Pensar uma questão é também problematizar ou seja interrogar tudo o que dizem sobre ela, no sentido de um questionamento permanente, histórico, inerente ao conceito de problematologia, de Meyer. O termo tem o sentido de um questionamento radical que tem por finalidade o próprio questionamento. Uma resposta levanta sempre outro problema ou outra questão. "Compreender um discurso é, dum modo geral, concebê-lo como uma resposta, ou seja, responder à questão de saber a que é que ele responde, do que é que é questão naquilo que ele diz" (Meyer, 1991: 226).

Para Jean-Marc Ferry¹⁰, o *espaço público* é um espaço de palavra mas igualmente um espaço ético e de reconhecimento da cidadania. Um *forum* ou *agora*, onde os Antigos associavam a ética e a política. "É o lugar privilegiado de expressão e de revelação dos caracteres humanos. É por isso também que o espaço público não é apenas um espaço dramático de manifestação, mas ainda um espaço ético de reconhecimento" (Ferry, 2000: 95). *Espaço público* que é entendido por Dominique Wolton como "uma especificidade da história moderna, ligada à emergência do indivíduo, à liberdade de consciência e de expressão, e que requer um conjunto de condições culturais. Para que se possa debater com liberdade e se possam expressar opiniões contraditórias é necessário que existam não só línguas comuns, mas também interesses comuns, territórios simbólicos comuns, e formas de expressão pública, ou seja, que exista o reconhecimento e o uso de um princípio de publicidade" (Wolton, 2000: 153); Um ideal de um *espaço público político* fundado sobre a crítica e a argumentação encontra em Perelman o ideal de uma argumentação fundadora da decisão política e moral, uma argumentação assente numa razoabilidade discursiva, diferente da propaganda ou da demonstração dita científica. Ora está, na ordem do dia, este confronto entre as várias teorias do espaço público e da argumentação e a prática do debate político. Não se põe mais a questão do "belo discurso" ou da eloquência mas, ao invés, a questão da formação da opinião pública, através da circulação de enunciados, de argumentos e testemunhos nos diversos espaços públicos.

O desprezo da retórica e o esquecimento da teoria da argumentação levou, diz-nos Perelman, à negação da *razão prática*, pelo que as questões da acção foram ignoradas ou afastadas da reflexão

⁹ Em História das Teorias da Argumentação (Breton, Gauthier, 2001, pp.93-145) os dois autores dão-nos o vasto campo de aplicação da argumentação nos países francófonos e anglófonos, nas diferentes práticas da comunicação pública ou social, nomeadamente na ciência, na literatura, na comunicação política, na publicidade e no jornalismo.

¹⁰ Jean-Marc Ferry discute o conceito em Filosofia da Comunicação (2000) no capítulo "Duas concepções do espaço público" considerando o seu desenvolvimento na teoria liberal de John Rawls e na teoria da discussão argumentada de Habermas.

filosófica. Há que operacionalizar o conceito de *razão prática*. Este conceito vem, afinal, substituir a ideia de uma **razão puramente teórica**, admitindo-se a possibilidade da razão ser completada por uma certa emoção subjectiva, onde razão e sentido seriam intrinsecamente práticos

No campo da argumentação em Direito, a razão e o sentido são intrinsecamente práticos (Vannier, 2001: 57). Para Perelman, a retórica tem como fim sempre a eficácia da persuasão. O argumento forte, no sentido retórico, funcionará então assim:

"A razão prática é uma noção que liga a eficácia psicológica e a validade lógica. As teses que aceitamos e que defendemos não são fundadas sobre uma verdade objectiva, mas sobre **uma relação a um contexto argumentativo**. "Um argumento nunca está isolado do seu contexto e não é forte ou fraco, senão no contexto. Fora do contexto, ele não é argumento" (Vannier, 2001: 60). O principio maior, nesta matéria, é sempre a adaptação ao auditório, às teses que ele admite, tendo em conta a intensidade da adesão" (Perelman, Olbrechts-Tyteca, 1983: 612). Por outro lado, há que ter em conta que o objecto da argumentação é um objecto instável, evolui mais depressa do que a teoria, acompanha a evolução da linguagem, dos modos de comunicação, das técnicas e dos valores, que é a matéria-prima da argumentação. Para Breton é esta permanente mudança na argumentação é o que "faz dela uma matéria viva".

As características singulares de complexidade e pluralismo das sociedades dos nossos dias estão a gerar mudanças estruturais de tão grande densidade, que tornam impossível qualquer simplificação. O modelo da racionalidade moderna, com seus raciocínios definidos e formais, parece definitivamente ultrapassado, cedendo espaço à razoabilidade cuja margem de contingência permite repor a noção de verosimilhança e probabilidade em todo o razoamento argumentativo. (Note-se que o uso dos vocábulos *razoabilidade* e *razoamento* deve-se a uma clarificação conceptual feita por Tito Cardoso e Cunha (2004), que corresponderia a uma mudança de paradigma e a um movimento em que a preocupação se centraliza, não no universal da modernidade, mas antes, no singular e no localizado, contemporâneos. "O modelo da racionalidade não é já o da física, em que a relação causa-efeito se torna necessária mas antes o da razoabilidade provável que informa a meteorologia, por exemplo. Também no domínio humano, as acções humanas só são razoavelmente previsíveis dentro de uma margem de probabilidade extremamente alargada de que a *in-certeza* é a marca mais saliente" (Cunha, 2004: 61). Ficará assim claro que "a diversidade de opiniões, não se deve a diferenças de racionalidade, ou que uns "tenham" mais razão ou menos do que outros, mas ao simples facto de usarem, diferentemente, a única razão de que todos participam ou são possuidores" (ibidem: 57)

Emmanuelle Danblon aparenta a democracia à retórica, tanto pelos seus lados mais luminosos como por aqueles que são menos claros, e por vezes mesmo perversos. "Como a democracia, a retórica tem uma dupla face. Tem uma face clara, luminosa, garante da liberdade cidadã, sinal da possibilidade que é dada ao homem, graças à linguagem, para agir sobre as instituições que ele escolheu agir. Mas ela tem também uma face sombria, perigosa, em que a liberdade da palavra se volta contra si própria, pela sedução, a manipulação, a pressão" (2004: 7).

Na realidade, ainda persiste uma ponta de preocupação, entre os estudiosos da Retórica, que acompanham com mal-estar o seu lugar instável no campo do saber e, por isso, ao mesmo tempo que dela relevam as virtudes e ramificam os seus campos de acção, lamentam os atrasos, as reticências do sistema de ensino para fazer da retórica e da argumentação uma notável área disciplinar, sequiosos de a ter como a mãe das ciências e dos contactos humanos.

A retórica e a democracia têm os seus paradoxos.

Com Emmanuelle Danblon (2004, p. 7), admitimos que a Retórica é o lugar paradoxal da possibilidade de democracia, ao mesmo tempo que representa para ela uma ameaça. Mas, uma

retórica pura, idealmente construída na base de uma linguagem neutra com um sinal evidente da verdade, não existe. Por um lado, a linguagem nunca é neutra, e por outro, nenhuma decisão poderia ser tomada sem a emoção necessária para suscitar a adesão de um auditório, composto por homens e mulheres "*juízes e experientes*", um auditório, que é ele próprio, uma condição da democracia (Danblon, 2004: 9). São estes os limites retóricos da democracia. A crítica e a persuasão são dois pilares da retórica sem os quais o Homem não pode viver se se reclama um cidadão. São indissociáveis da política. Mas enquanto a crítica separa, discrimina, julga, hierarquiza, permite tomar decisões, afirmar ou rejeitar opiniões, a persuasão securiza, reagrupa, dá aos cidadãos o sentimento de comunidade, de adesão a valores que lhes são queridos. De facto, ainda que por vezes com excessos e erros, é a partir desta Retórica, e com ambas as vertentes que, em nossa opinião, as instituições humanas se constroem.

Vivemos na era da imagem, onde o corpo, seja inteiro, fragmentado, deformado ou monstruoso, se mostra e dá a ver, como um lugar limite entre o indivíduo e o mundo, lugar onde se pode determinar a alteridade, a diferença entre *eu* e o *outro*. As inscrições e tatuagens no corpo bem como o uso dos piercings relevam, quanto a nós, dessa retórica contemporânea, desse processo de singularização e originalidade que se busca nas diferentes maneiras de repertoriar a realidade. "O indivíduo emerge não de uma evolução linear da espécie humana, independente e determinada, mas de um mundo complexo: biológico, técnico, político, semiótico e incarna-o, corporifica-o" (Tucherman, 1999:186).

Em democracia, assume-se, pois, como desafio e uma responsabilidade para cada um, tomar a palavra pública – pela crítica, entender que o auditório não é mais a vítima passiva de todos os riscos e manipulação mas pode ser um protagonista activo de construção e de aplicação dos valores da cidadania à vida pública. **A razão** não é um dado em si mesma e constrói - se pela discussão argumentada, o que implica que o desacordo entre as pessoas é um dado quase permanente, já que **os valores nunca são definitivos**. Philippe Breton (2003) considera a palavra um dos principais utensílios para agir sobre os outros e sobre o mundo (2003: 5). Como diz Valère Novarina "Chaque mot, n'importe quel mot, le plus petit des mots, n'importe lequel, est le levier de tout" (1999: 63). Não há sujeito sem relação tal como não há relação sem linguagem. A palavra é para o sujeito de relação, uma alavanca, a carne, a carne da nossa carne. A palavra é o interior, a textura, o estofado, o tecido, a tessitura, que nos põe em contacto com o mundo. Repescando no texto de Valère Novarina o sentido material das palavras, que como ele diz "já não servem "ironicamente" para comunicar, à força de tanto se comunicar", reiteramos a sua importância, porque elas "não são nem instrumentos nem utensílios, as palavras são a carne humana verdadeira e o corpo do pensamento"

Haverá aberturas para um jornalismo de tipo mais argumentativo e menos opinativo?

Jean Charron (2004) - ao estudar as questões do jornalismo na actualidade e no quadro das relações políticas - sustenta que assistimos, a par deste movimento, ao declínio do jornalismo de informação e à emergência de um novo paradigma jornalístico onde a subjectividade e a persuasão tomam o passo. Neste mesmo sentido, apontam Mário Mesquita (2004) e Ignacio Ramonet (1999), embora estes muito mais cépticos quanto ao futuro do próprio jornalismo. Num sistema mediático em mudança, diz Mesquita "o jornalismo surge cada vez mais enquadrado por outras formas de comunicação, que não obedecem à lógica da informação, embora compartilhem os espaços da comunicação social. Ao seu lado, prosperam não só as indústrias culturais, voltadas para o espectáculo e para a gestão dos tempos livres, mas também as mensagens explicitamente persuasivas da publicidade e das relações públicas" (Mesquita, 2004: 108). O mosaico mediático, próprio ao jornalismo de informação, corresponderá cada vez menos ao ideal de um espaço público universal e democrático (Charron, 2004).

Vallvey Martinez (2002) apresenta, como alternativa mais interessante para a dinamização da imprensa, o jornalismo de conteúdos, com maior recurso ao jornalismo de tipo argumentativo. Mark Kramer, director do curso de Jornalismo Narrativo na Universidade de Harvard, vem a Portugal (DN, 19/7/2005), defender a ideia de um jornalismo narrativo, para contar histórias de maneira mais interessante e isso, não só porque, por todo o mundo, os jornais atravessam uma crise financeira e estão a perder leitores, mas porque acha que a actividade dos jornalistas da imprensa é muito importante para a preservação e desenvolvimento da democracia, e confia que “contar histórias mais bem contadas” assegura uma ligação mais forte com o público (DN, 19/7/2005). Em entrevista ao jornalista Paulo Madeira, Mark Kramer justifica-se:

As pessoas do sector que reflectem sobre esta crise do negócio tendem a ser fatalistas e a dizer: as pessoas querem televisão, querem rádio, querem ver as notícias no computador... (mas) os jornais podem revitalizar-se e tornar-se mais interessantes.¹¹

Numa perspectiva retórica há que dizer também que o *auditório universal* se está a modificar, encarnando cada vez mais os valores do concreto e do individual, do inédito, do pessoal, encarnação que é inédita na história da humanidade. Os *media* devolvem-nos as nossas próprias cenas pelo directo, no instante e desmantelam os milenares géneros retóricos, que obviamente, nos compartimentaram mas, certamente, nos definiram. Este papel dos *media*, resultado e motor desta tendência à descompartimentação das próprias instituições, é preocupante e é tanto mais inquietante quando se assiste nas instituições locais e globais a uma desregulamentação geral das estruturas, particularmente no que ao tempo e ao espaço contextualizadores dos sujeitos, diz respeito. Esta é uma questão nova, tanto no plano institucional como também cognitivo, a que a "razão retórica" está hoje confrontada.

A primeira competência que se adquire pela leitura dos jornais é, como diz Valérie Susana¹², a de compreender o mundo a partir de esquemas de sentido, dados pelos discursos, um mundo que não é um magma indefinido de factos mas, bem ao contrário, lugar onde cada acontecimento é interrogado. Os jornais, menos fugazes que a televisão ou a rádio, dão permanência à constelação de factos e dados que não se desvanecem e, que dão que pensar, suscitam comentários, seguem presentes nas nossas conversas. E, como mediadores entre a realidade e o público, são a arena onde lutam os produtores do acontecimento para influenciar o público. Os jornais, são, por isso, o lugar comum da acção política (Lorenzo, 1997).

Ao ampliarem as dimensões do presente, ampliam as redes de relações entre pessoas, multiplicam-se e generalizam-se, e a dinâmica social activa-se. As notícias com repercussão mobilizam a iniciativa dos actores sociais, que produzem novos feitos e se apressam a fazê-los chegar aos meios para que estes os apresentem ao público. A mediação generalizada, de jornalistas, opinion-makers, animadores de debates, através dos *media*, estimula a acção social e política, na medida em que visam a sedução e a persuasão do auditório.

Roger Bautier (1994) denuncia o esquecimento retórico relativo à retórica dos jornais. O leitor compra a informação ao mesmo tempo que todo um trabalho retórico do jornal. Um trabalho retórico que está presente desde logo no *layout* do jornal mas presente igualmente no intertexto jornalístico

¹¹ Entrevista de Paulo Madeira a Mark Kramer, Director do Curso de Jornalismo Narrativo de Harvard, Pública de 21/07/2005.

¹² Valérie Susana (2002) *Communicabilité des droits de l'homme – L'exemple d'une reprise textuelle par les journaux lycéens*, in *Communication & Langages*, 133 (p.4-20)

A retórica, como processo de argumentação e persuasão públicas, exerce a sua própria força sobre os processos sociais subjacentes, que articula, num processo activo, inconstante, transformativo e não como uma mera correia de transmissão. Os *media* serão o caleidoscópio dessa acção transformadora.

Neste contexto, e finalmente, defende-se que a Retórica *aberta e porosa* permite o confronto inabalável com as incertezas a que os seres humanos estão sujeitos e a abertura a espaços de discussão e decisão, plurais e únicos. O reconhecimento de uma retórica "esclarecida e crítica", sobre todas as mediações técnicas e géneros mediáticos, abre o campo à indignação e ao mesmo tempo permite escolhas responsáveis, como marcos indelévels de uma cidadania sem exclusões.

Para concluir estamos em crer que todos, sem excepção, somos de algum modo persuasores, mesmo que o nosso sucesso retórico seja normalmente modesto.

Bibliografia:

- AA.VV (2004). *Perelman - Le renouveau de la rhétorique*. (Org.Michel Meyer). Paris, PUF
- Aristóteles. *Retórica*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda (1998).
- Aristóteles. *Política*. Lisboa, Vega (1998).
- Barilli, Renato (1979). "Rhétorique et culture." *Revue internationale de philosophie* 127/128: p.69-80.
- Barilli, Renato (1985). *Retórica*. Lisboa, Presença.
- Bautier, Roger (1994). *De la rhétorique à la communication*. Grenoble, PUG.
- Benjamin, Walter (1992). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Berthoz, Alain (2003). *La décision*. Paris, Odile Jacob.
- Breton, Philippe (1998). *A argumentação na comunicação*. Lisboa: Dom Quixote.
- Breton, Philippe e Gauthier, Gilles (2001). *História das teorias da argumentação*. Lisboa, Bizâncio.
- Burger, Marcel (2005). La complexité argumentative d'une séquence de débat politique médiatique. *Argumentation et communication dans les médias*. M. B. e. G. Martel. Laval, Nota bene: 51-79.
- Charron, Jean (2004). "Journalisme et démocratie." *Médiations et processus culturels*: 7.
- Charron, Jean (2000). "La nature politique du journalisme politique." *Les Études de communication politique* 15: 53 p.
- Charron, Jean e De Bonville, Jean (2002). "Le journalisme dans le "système" médiatique. Concepts fondamentaux pour l'analyse d'une pratique discursive."
- Compagnon, Antoine (1986). *Martyre et réssurrection de sainte rhétorique. Le plaisir de parler*. B. Cassin. Paris, Minuit: 157-172.
- Compagnon, Antoine (1999). *La rhétorique à la fin du XIXème siècle. Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne*. M. Fumaroli. Paris: PUF: 1215-1260.
- Cunha, Tito Cardoso e (2004). *Razão provisória*. Covilhã, Universidade da Beira Interior.
- Cunha, Tito Cardoso e (2004). *Argumentação e crítica*. Coimbra, MinervaCoimbra.
- Danblon, Emmanuelle (2004). *Argumenter en démocratie*. Bruxelles: Labor.
- Danblon, Emmanuelle (2005). *La fonction persuasive*. Paris: Armand Colin.
- Declercq, Gilles (1995). *L'art d' argumenter. Structures rhétoriques littéraires*. Paris: Editions Universitaires.

- Ferry, Jean-Marc (2000). *Filosofia da comunicação*. Lisboa: Fenda.
- Homem, António Pedro Barbas (2004). *História do pensamento jurídico*. Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAF DL).
- Kremer-Marietti, Angèle (2004). Perelman et Lacan: enjeu social et jeux de la métaphore. Perelman - Le renouveau de la rhétorique. Paris, PUF: 81-101.
- Juby, Dianne L. (1997). Rhetoric in the age of the World Wide Web, www.ou.edu/cas/english/agora/dianne.html.
- Júnior, Manuel Alexandre (1990). *Argumentação retórica em Filon de Alexandria*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Júnior, Manuel Alexandre (2004). *Hermenêutica Retórica*. Lisboa, Alcalá.
- Lorenzo, Gomis (1997). *Teoría del periodismo*. Barcelona, Paidós.
- Martineau, François (2004). *Petit traité d' argumentation judiciaire*. Paris, Dalloz.
- Mesquita, Mário (2004). *O Quarto equivoco - O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra, Minerva.
- Meyer, Michel (org). (2004). *Perelman - Le renouveau de la rhétorique*. Paris: PUF.
- Mossé, Claude (1999). *O Cidadão na Grécia antiga*. Lisboa, Edições 70.
- Novarina, Valère (1999). *Devant la parole*. Paris, POL.
- Oakeshott, Michael (1995). *Moralidade e política na Europa moderna*. Lisboa, Século XXI
- Perelman, Chaïm e Olbrechts-Tyteca, Lucie (1983). *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. Bruxelles, Éditions de l' Université de Bruxelles (1ª edição 1958).
- Pernot, Laurent (2000). *La rhétorique dans l' Antiquité*. Paris: Librairie Générale Française.
- Platão. *Górgias*. Lisboa, Edições 70 (1991).
- Rancière, Jacques (2000). *Le partage du sensible*. Paris, La Fabrique Éditions.
- Ricoeur, Paul (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Seuil.
- Stevenson, Charles L. (1984). *Ética y lenguaje*. Barcelona, Paidós.
- Susana, Valérie (2002). "Communicabilité des droits de l'homme. L'exemple d'une reprise textuelle par les journaux lycéens." *Communication & Langages* (133): 4-20.
- Vallvey Martinez, Fernando (2002). "Nuevos caminos para la enseñanza del periodismo argumentativo." *Anàlisi* 29: 213-326.
- Vannier, Guillaume (2001). *Argumentation et Droit*. Paris, PUF.